

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO FIRMADA ENTRE O **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÃO NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS - SINDICOM**, com sede em Goiânia-Go, na rua Dr. Pedro Vigiano, 175, Centro, Goiânia, Goiás – CEP 74.055-220, inscrito no CNPJ sob o nº 03.071.923/0001-22, por seu diretor Presidente, **MIGUEL JOAQUIM DE NOAES FILHO**, brasileiro, casado, radialista, RG nº 1.345,360 SPTC-GO e CPF 310.338,301-00, E O **SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DE GOIÁS**, com sede em Goiânia-Go, na Rua C-255, nº 270, 4º andar, Sala 415-Setor Nova Suíça, Goiânia, Goiás - inscrito no CNPJ sob o nº 02.879.302/0001-07 por seu diretor Presidente, **RAUL SEABRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, publicitário, R.G. nº 566.382 - SSP-GO. e CPF 166.913.261-72, têm entre si certo e ajustado a presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante as seguintes cláusulas e condições, que reciprocamente aceitam e outorgam, a saber:

O Sindicato dos Trabalhadores em Comunicação no Estado de Goiás e Tocantins - SINDICOM, e o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás, nos termos da Lei depois do acordo entre as partes, legitimamente representadas pelos respectivos presidentes, houveram, por bem, celebrar a presente Convenção Coletiva de Trabalho, nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª: DATA BASE

O SINDICOM e o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás, acordam em manter a data-base da categoria em 1º de outubro.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE SALARIAL

As Agências de Propaganda do Estado de Goiás concederão um reajuste salarial aos seus empregados com data base em outubro/2010 no percentual de **15 %** (quinze por cento) a incidir sobre os salários de outubro/2010, para os empregados do **Nível I** e **10%** (dez por cento) para os empregados dos **Níveis II, III, IV e V**, para o período de 01 de outubro/09 a 30 de setembro/10, garantida a compensação das antecipações espontâneas feitas no período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores em Comunicação nos Estados de Goiás e Tocantins - SINDICOM, se comprometem voltar a negociar em maio de 2011, desde que seja interesse de ambas as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Garante-se a proporcionalidade do reajuste aos empregados admitidos após a data-base, nos termos da Instrução Normativa nº. 1, do TST, nos seguintes percentuais:

Nível I:

ADMISSÃO	PERCENTUAL	ADMISSÃO	PERCENTUAL
OUTUBRO/09	15%	ABRIL/10	7,50%
NOVEMBRO/09	13,75%	MAIO/10	6,25%
DEZEMBRO/09	12,50%	JUNHO/10	5%

JANEIRO/10	11,25%	JULHO/10	3,75%
FEVEREIRO/10	10%	AGOSTO/10	2,50%
MARÇO/10	8,75%	SETEMBRO/10	1,25%

Nível II, III, IV e V

ADMISSÃO	PERCENTUAL	ADMISSÃO	PERCENTUAL
OUTUBRO/09	10%	ABRIL/10	4,99%
NOVEMBRO/09	9,16%	MAIO/10	4,16%
DEZEMBRO/09	8,33%	JUNHO/10	3,33%
JANEIRO/10	7,49%	JULHO/10	2,49%
FEVEREIRO/10	6,66%	AGOSTO/10	1,66%
MARÇO/10	5,83%	SETEMBRO/10	0,83%

CLÁUSULA 3ª: PISO SALARIAL

O Piso Normativo dos Trabalhadores em Agências de Propaganda ou Publicidade será de:

Nível I:

Office-Boy.....	R\$ 541,90
Copeira.....	R\$ 541,90
Faxineira.....	R\$ 541,90
Auxiliar de Serviços Gerais.....	R\$ 541,90
Recepcionista.....	R\$ 541,90

Nível II:

Auxiliar de Produção (Gráfica e Eletrônica).....	R\$ 691,17
Auxiliar de Arte.....	R\$ 691,17
Auxiliar de Atendimento.....	R\$ 691,17
Auxiliar de Mídia.....	R\$ 691,17
Auxiliar de Webdesigner.....	R\$ 691,17
Auxiliar Administrativo e Financeiro.....	R\$ 691,17
Auxiliar de Escritório.....	R\$ 691,17
Redator Júnior.....	R\$ 691,17

Nível III:

Assistente de Mídia.....	R\$ 974,20
Assistente de Atendimento.....	R\$ 974,20
Assistente Administrativo e Financeiro.....	R\$ 974,20

Nível IV:

Produtor Gráfico.....	R\$ 1.096,04
Produtor Eletrônico.....	R\$ 1.096,04
Arte Finalista.....	R\$ 1.096,04
Redator Sênior.....	R\$ 1.096,04
Webdesigner.....	R\$ 1.096,04

Supervisor de Mídia.....	R\$ 1.096,04
Supervisor de Pessoal.....	R\$ 1.096,04
Supervisor Admin e Financeiro.....	R\$ 1.096,04

Nível V:

Atendimento.....	R\$ 1.318,40
Diretor de arte.....	R\$ 1.318,40
Diretor de Criação.....	R\$ 1.318,40
Gerente.....	R\$ 1.318,40
Diretores.....	R\$ 1.318,40

PARÁGRAFO ÚNICO: Os Profissionais já contratados, quando da homologação desta Convenção Coletiva terão preservados seus salários em conformidade com a Lei.

CLÁUSULA 4ª: COMPENSAÇÕES

Não serão compensadas, nos reajustes e aumentos salariais, ora fixados os aumentos decorrentes de promoção, mérito e ajuste no plano de cargos e salários, concedidos após data-base de 01 de outubro de 2010.

CLÁUSULA 5ª: AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE

O empregado terá direito a receber da empresa onde trabalha, o equivalente a 1(hum) piso salarial, a título de auxílio funeral nos casos de:

- (A)- Falecimento da esposa (o) e/ ou filha (o);
- (B)- Em se tratando de arrimo de família, nos termo da CLT, o falecimento de seus dependentes legais;
- (C)- no falecimento do funcionário, a família do mesmo receberá o auxílio funeral no valor de 2(dois) pisos salariais.
- (D) - O pagamento do auxílio funeral será em cota única, imediatamente após a comunicação à Empresa de qualquer desses eventos através de atestados de óbito.
- (E)- Nos casos de marido e esposa que trabalhem na mesma empresa, apenas um dos dois terá direito a esse auxílio.
- (F) - No caso de nascimento do(a) filho(a) receberá 2(dois) pisos salariais imediatamente após a comunicação à Empresa através da Certidão de Nascimento.

CLÁUSULA 6ª: SALÁRIO SUBSTITUTO

Fica assegurado que em caso de substituição de empregados, por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, o substituto terá direito ao mesmo salário do substituído (caso este salário seja maior), sem vantagens pessoais.

CLÁUSULA 7ª: LICENÇA GESTANTE

À Empregada Gestante ficará assegurada a licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias e uma estabilidade de 60 dias a contar do retorno da licença maternidade, de acordo com Lei Federal.

CLÁUSULA 8º: LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE

À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade, nos termos do artigo 392, da CLT observado o disposto no § 5º.

PARÁGRAFO 1: No caso de adoção ou guarda judicial de criança com até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias.

PARÁGRAFO 2: No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir 01 (um) ano até 04 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO 3: No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 04 (quatro) anos até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO 4: A licença maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardião.

PARÁGRAFO 5: A concessão da respectiva licença será efetivada pela empresa dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comprovação exigida no parágrafo anterior.

CLÁUSULA 9ª: JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados nas empresas de publicidade ou propaganda será de 42 (quarenta e duas) horas semanais.

CLÁUSULA 10ª: COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão comprovante de pagamento de salários a seus empregados, contendo identificação da empresa e do empregado, discriminando os valores pagos e descontos efetuados: como contribuição ao INSS, FGTS, Horas Extras trabalhadas e demais parcelas que venham compor a remuneração.

CLÁUSULA 11ª: AUXÍLIO EDUCAÇÃO

As empresas concederão aos trabalhadores e seus dependentes, a título de auxílio-educação, um adiantamento no valor de 01 (hum) SALÁRIO MÍNIMO, para aquisição de material escolar, no mês de fevereiro, para ser descontado em quatro parcelas fixas e sucessivas a partir do mês subsequente ao do adiantamento.

CLÁUSULA 12ª: QUADRO DE AVISO SINDICAL

As Empresas permitirão a colocação em seus quadros de avisos, de Comunicados do SINDICOM aos trabalhadores, desde que assinados pelo Presidente da Entidade e previamente submetido à Diretoria das Empresas.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Presidente ou um Diretor do Sindicom terá acesso às dependências das empresas, para tratar de assuntos de interesse dos trabalhadores, bem como para convidar os trabalhadores para seminários, encontros e assembleias de interesse da categoria.

CLÁUSULA 13ª: RESCISÃO

A liquidação dos direitos trabalhistas, resultantes da rescisão do contrato de trabalho, será feita de acordo com o estabelecido por Lei. O saldo salarial do

período de trabalho, quando for o caso, deverá ser pago por ocasião do pagamento geral dos demais empregados, se a homologação da rescisão não se der antes do fato.

CLÁUSULA 14ª: FÉRIAS

A concessão de férias será comunicada por escrito ao funcionário com 30 (trinta) dias de antecipação, cabendo ao mesmo assinar a notificação recebendo contra-recibo.

(A) - O início das férias, integrais ou não, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

(B) - No período de férias não serão contados os dias 25 de dezembro, 1º janeiro e 1º de maio.

CLÁUSULA 15ª: ABORTO

Na ocorrência de aborto involuntário ou por recomendação médica, fica assegurado à empregada a complementação salarial por 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 16ª: GARANTIA AO TRABALHADOR ACIDENTADO

Recomenda às Empresas pagamento aos empregados afastados pela previdência, em razão exclusiva de acidente de trabalho, o pagamento de uma complementação salarial até o limite do salário recebido, observando o teto do benefício pela Previdência Social.

A) fica vetada a dispensa sem justa causa do trabalhador em gozo de benefícios previdenciários pelo período de 12 (doze) meses, a contar da alta médica.

CLÁUSULA 17ª: DISPENSA DE DIRIGENTES SINDICAIS

Durante a vigência da presente convenção, será concedida a dispensa de 3 (três) diretores do SINDICOM, uma vez por semana sem prejuízo de seus salários, descanso semanal e férias. O SINDICOM fornecerá ao Sindicato Patronal a relação de diretores a serem dispensados.

CLÁUSULA 18ª: SINDICALIZAÇÃO E ACESSO ÀS EMPRESAS

As empresas colocarão à disposição do SINDICOM, até duas vezes por ano, no período de outubro de 2010 a setembro de 2011, local para proceder a Sindicalização, em data e horário a serem previamente combinados entre a empresa e o Sindicato dos Trabalhadores.

CLÁUSULA 19ª: DEMISSÃO POR FALTA GRAVE

Ficam as empresas obrigadas a fornecer comprovante por escrito, contendo os motivos da despedida, aos trabalhadores demitidos sob acusação de prática de falta grave, bem como os motivos da suspensão sob pena de nulidade do ato, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA 20ª: ABONOS DE FALTA

Serão abonadas sem prejuízo de seus salários e do poder aquisitivo de férias, as seguintes faltas:

- a) 05 dias úteis do falecimento da esposa(o), companheira(o) ou filha(o), ou pais;
- b) 02 dias úteis do falecimento de irmãos e sogros.
- c) 03 dias úteis, ou cinco corridos a partir da data de casamento ou dia imediatamente anterior.
- d) Os empregados estudantes, quando regularmente matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, terão abono de faltas em dias de realização de provas escolares, exames supletivos e vestibulares, desde que realizados em horário coincidente com o trabalho, mediante comunicação à empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e comprovação posterior dentro de 72 horas.

CLÁUSULA 21ª: ATESTADOS MÉDICOS

As empresas reconhecerão a validade de todos os atestados médicos e odontológicos emitidos pelo serviço médico/odontológico do Sindicato ou Órgão Público de Saúde, desde que contenha o nome do médico e CRM/CRO e o respectivo código de identificação da doença (CID).

CLÁUSULA 22ª: ALIMENTAÇÃO

Às empresas sediadas no município de Goiânia recomenda-se fornecer vales refeição ou vale alimentação a seus empregados dentro dos critérios estabelecidos na Lei nº. 6.321/76 e legislação posterior que regula o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), reajustando o valor do auxílio bimestralmente pela variação do INPC/IBGE.

PARÁGRAFO ÚNICO: Às empresas sediadas nos demais municípios do Estado exceto a capital, recomenda-se a fornecer vale alimentação ou cesta de alimentos no valor mínimo de R\$ 431,25 (quatrocentos e trinta e um reais e vinte cinco centavos) com base e a partir de 01/10/10, reajustado bimestralmente pelo INPC/IBGE.

CLÁUSULA 23ª: CONVÊNIO MÉDICO

Fica estipulado que, no caso de insatisfação dos empregados conveniados, os mesmos poderão solicitar a substituição da empresa conveniada com a renúncia de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos empregados, que deverá ser feita após o vencimento do contrato.

CLÁUSULA 24ª: DIA DE PAGAMENTO

O pagamento dos salários serão feitos até o 5º dia útil do mês posterior ao trabalhado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento a partir do 6º (sexto) dia do mês posterior ao trabalhado acarretará em correção monetária e juros de 2% (dois por cento) ao mês dos salários nos dias atrasados, tudo revertido para o funcionário.

CLÁUSULA 25ª: LICENÇA REMUNERADA

Será concedida Licença Remunerada, mediante comunicação à administração das Empresas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, feita pelo SINDICOM. Cada empresa que empregue 30 (trinta) trabalhadores, justificará a

ausência de 1 (hum) trabalhador, as empresas que empreguem acima de 30 (trinta) trabalhadores, justificarão ausência de 2 (dois) trabalhadores, sem prejuízo da sua remuneração, para participar de seminários, congressos ou conferências que tenham especificamente por objeto o interesse da categoria. O trabalhador não poderá se ausentar por mais de 3 (três) dias sendo que a concessão será limitada a uma única vez por ano para cada empregado indicado pelo Sindicato.

CLÁUSULA 26ª: INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

As empresas que, venham adotar inovações no sistema de trabalho determinando sua nacionalização com modificações de atividades desenvolvidas pelos empregados deverão:

- (01) Oferecer prioridade aos empregados das áreas afetadas a oportunidade de adaptação às novas tecnologias.
- (02) Que o processo de adaptação venha a se constituir encargo das empresas que custearão integralmente as despesas com cursos de aprendizado.

CLÁUSULA 27ª: READMISSÃO

Nos casos de readmissão na mesma empresa, ou grupo econômico, dentro do prazo de doze meses, para exercer a mesma função, o empregado não estará sujeito ao cumprimento do contrato de experiência.

CLÁUSULA 28ª: 13º SALÁRIO

As empresas efetuarão o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário até dia 30 de novembro e os outros 50% (cinquenta por cento) até dia 15 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA 29ª: VALE TRANSPORTE

As empresas concederão vale-transporte gratuito a todos os funcionários que percebem até três salários mínimos e meio. No total de **R\$ 1.871,05** (Um mil, oitocentos e setenta um reais e cinco centavos) em 1º de outubro de 2010.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por esta concessão este valor não será incorporado ao Salário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os funcionários contratados a partir da vigência deste acordo não terão direito ao previsto no caput e parágrafo primeiro desta Cláusula, sendo de direito apenas o que dispõe a lei do Vale Transporte. Ficam todas as empresas obrigadas a implantarem o vale transporte, conforme Decreto Lei nº 92.180 de 19/12/85.

CLÁUSULA 30ª: SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

O Sindicato depois de tentado o acordo entre a empresa e empregado (s) poderá intentar ação de cumprimento ou reclamação trabalhista, inclusive como substituto processual, para fins específicos do artigo 872 parágrafo único da CLT bem como no que diz respeito aos demais direitos e garantias estabelecidos na presente convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 31ª: DIA DA PROPAGANDA

O Sindicato das Agências de Propaganda e o SINDICOM manterão esforços para a realização de Seminário, ou debate sobre a Publicidade e ou Propaganda no dia 04 de dezembro de 2010 ou em data acordada em comemoração ao "Dia Mundial da Propaganda".

CLÁUSULA 32ª: COMPETÊNCIA

É estabelecida a competência da Justiça do Trabalho para conhecimento e decisão das causas oriundas ou falta de cumprimento das cláusulas da Convenção Coletiva.

CLÁUSULA 33ª: MULTA

Fica estabelecida multa de 3 (três) salários mínimos vigente à época da infração por cláusula, pelo descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, revertendo em favor da parte prejudicada.

PARÁGRAFO ÚNICO: A presente multa não se aplica em relação as cláusulas desta convenção que já tragam em seu próprio bojo punição pecuniária.

CLÁUSULA 34ª: AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será sempre comunicado por escrito e contra-recebido, esclarecendo se será trabalhado ou não.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao empregado que for dispensado sem justa causa, que não for impedido pela empresa de cumprir aviso prévio, fica assegurada por parte da empresa que tiver convênio com entidade médica e desde que o convênio assim o permita, a continuidade do benefício da assistência médica para os seus dependentes legais, durante o prazo de 60 (sessenta) dias. Se nesse prazo ficar provado que o trabalhador não estiver mais desempregado, esse benefício será extinto.

CLÁUSULA 35ª: VIAGENS

Os empregados em viagem a serviço de suas empresas empregadoras, receberão por conta do empregador, todas as despesas com transporte, hospedagem, alimentação, etc. até o seu respectivo retorno.

CLÁUSULA 36ª: PRIMEIROS SOCORROS

As empresas se obrigam a manter em local de fácil acesso o material necessário para prestação de primeiros socorros, bem como providenciar a transferência adequada do empregado para atendimento médico de emergência, quando o acidente ocorrer no local de trabalho.

CLÁUSULA 37ª: SUBSTITUIÇÃO DE VAGAS

O preenchimento de vagas por desligamento de empregado ou ampliação do quadro de pessoal será efetuado, sempre que possível, através da progressão funcional.

CLÁUSULA 38ª: ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será pago sempre com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o salário base, considerando como tal o período que vai das 22:00

às 05:00 horas da manhã seguinte, excluindo-se a área de Criação, Atendimento e Produção das Agências.

CLÁUSULA 39ª: ESTABILIDADE SINDICAL

Quando eleitos para cargos sindicais, os empregados terão estabilidade em seus empregos a partir da eleição e até 01 (hum) ano após o término do respectivo mandato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Sindicato laboral fará a necessária comunicação à empresa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após os atos de posse no cargo, ou término do respectivo mandato sindical.

CLÁUSULA 40ª: LICENÇA PATERNIDADE

Ao publicitário, cuja esposa ou companheira der a luz, será assegurado o direito a uma licença remunerada nos 05 (cinco) dias corridos, subseqüentes ao nascimento da criança, conforme artigo 10, parágrafo 1º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal (CF/88).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os direitos pactuados no "Caput" desta cláusula, ficam assegurados ao pai adotante, desde que apresentado o deferimento da adoção no prazo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 41ª: FALHAS POR IMPERÍCIA

Fica estabelecido que nos casos de erros e falhas na confecção de serviços relativos às atividades da categoria, constatada a culpabilidade do(s) funcionário(s), conforme estabelece o artigo 462 e seu parágrafo 1º da CLT, os custos das matérias primas, de terceiros, insumos e serviços utilizados na reconfeições,refações,reimpressões

regravações da peça publicitária,ou recompra de espaços publicitários, serão deduzidos dos proventos do empregado, numa única vez, ou em parcelas, desde que não ultrapasse o percentual de 10% (dez por cento) de seu salário mensal.

CLÁUSULA 42º: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÃO NOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS – SINDICOM e o SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DE GOIÁS, formarão uma comissão até 30/05/2011 para estudar juridicamente critérios, procedimentos, mecanismos de aferição de produtividade, percentuais ou formas de distribuição de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas para implantação na CCT de 2011.

CLÁUSULA 43º: CONTRIBUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA SEDE DO SINDICOM

As empresas procederão desconto em folha de pagamento de seus empregados abrangidos por este instrumento normativo, no importe de 2% (dois por cento), do salário após o reajuste salarial previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho, em benefício do

SINDICOM, conforme deliberação da assembléia dos trabalhadores na folha de pagamento de **novembro/2010**.

Parágrafo 1º: Fica facultado aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção, que assim desejarem, manifestarem a sua oposição ao desconto através de carta devidamente protocolada na sede do sindicato (rua Dr. Pedro Vigiano, 175, Centro, Goiânia, Goiás) ou através de carta registrada no correio (AR), no prazo de 30 (tinta) dias contados da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho. Se a oposição for manifestada pessoalmente, o sindicato fornecerá contra-recibo de oposição para que não seja procedido o referido desconto. Se a oposição for efetuada através de carta registrada no correio, o recibo de envio de correspondência (AR) valerá como recibo de oposição ao desconto. Após o término do prazo de oposição ao desconto, o SINDICOM deverá informar a empresa quem são os trabalhadores que se opuseram ao referido desconto, ficando este isento do pagamento da contribuição;

Parágrafo 2º: Os referidos descontos deverão ser repassados pelas empresas, em até o dia 10 (dez) de dezembro/2010, através de depósito bancário na conta corrente nº. 86.101-5, mantida na CEF - agência 2079 de titularidade do sindicato profissional, enviando relação com nome e valor descontado dos trabalhadores;

Parágrafo 3º: Acordam as partes que decorrido o prazo previsto no parágrafo 1º as empresas efetuarão o desconto, sendo aceitas manifestações após o transcurso deste, por escrito, também, após o desconto em folha, no prazo máximo de até 10 (dez) dias. Da mesma forma, não serão aceitas manifestações de oposição em desacordo com o previsto acima.

CLÁUSULA 44ª: VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência no período de 01 de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011.

Assim por estarem de acordo, foi a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** digitada em duas vias de igual teor. Depois de assinada pelas partes, será depositada na Superintendencia Regional do Trabalho de Goiás para a devida homologação.

Depois de cumprida a tramitação legal, o Sindicato da categoria econômica se responsabiliza pelo envio de fotocópias às empresas de Publicidade e Propaganda, que deverão afixa-las em quadro próprio de avisos.

Goiânia, 06 de Outubro de 2010.

**MIGUEL JOAQUIM DE NOVAES FILHO
PRESIDENTE SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
COMUNICAÇÃO DE GOIÁS/TO**

**RAUL SEABRA JÚNIOR
PRESIDENTE SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA
DO ESTADO DE GOIÁS**